


Thaís Seltzer Goldstein

Universidade Federal da Bahia, UFBA,
Brasil


E-mail: gold.thais@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-4995-6559>

Jean Leterrier

ICN Business School, França


E-mail: jeanleterrier@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0002-3418-9991>

Estève Rochas

Université Sorbonne Paris Nord, Paris
XIII, França

E-mail: steverochas@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0001-9488-1149>

Recebido em: 01/06/2024

Aprovado em: 29/04/2025

Por uma perspectiva crítica e interseccional na escuta dos sofrimentos em tempos neoliberais: experiências discentes no ensino superior francês

Thaís Seltzer Goldstein

Jean Leterrier

Estève Rochas

Resumo

Este artigo apresenta as análises da primeira etapa de uma pesquisa realizada na França entre 2023 e 2024. Aborda as experiências de estudantes universitários/as em relação aos desafios da vida acadêmica em tempos neoliberais. Os dados analisados provêm de um questionário socioantropológico on-line, com questões de múltipla escolha (sobre origem, gênero, idade, moradia, condição material, lazer, consumo de substâncias psicoativas, situações de discriminação etc.) e uma questão final, aberta. Ele foi divulgado em variadas instituições francesas e respondido por 211 estudantes, de diferentes cursos e etapas da formação. A maioria das/os respondentes foi de mulheres de cursos de humanas. O cruzamento de indicadores nas análises revelou que estudantes que sentem mais o impacto de sofrimentos associados a situações de discriminação, são também as/os que estão em situação econômica mais precária; entre as pessoas racializadas, a discriminação é maior quando elas têm deficiências. Na questão aberta, organizamos a discussão em três temas: 1) sofrimentos associados a experiências de discriminação ou exclusão; 2) impactos da estrutura e funcionamento institucional e 3) endereçamentos à equipe de pesquisa. Com o apoio de autores da filosofia e ciências humanas, articulamos trechos de depoimentos de participantes à questão da medicalização dos sofrimentos, do neoliberalismo na educação e de seus impactos nos processos de subjetivação. Verificou-se a pertinência da perspectiva interseccional na análise crítica dos dados, o que sugere ser ela decisiva para o aperfeiçoamento de políticas públicas e de ações institucionais numa direção mais inclusiva.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Ensino superior francês. Medicalização. Interseccionalidade.



Abstract

Towards a critical and intersectional perspective in listening to suffering in neoliberal times: student experiences in French higher education

This article presents the analysis of the first stage of a study carried out in France between 2023 and 2024. It addresses the experiences of university students in relation to the challenges of academic life in neoliberal times. The data analyzed comes from an online socio-anthropological questionnaire, with multiple-choice questions (on origin, gender, age, housing, material status, leisure, consumption of psychoactive substances, situations of discrimination, etc.) and a final, open-ended question. It was distributed in various French institutions and answered by 211 students from different courses and stages of their education. The majority of respondents were women from humanities courses. The cross-referencing of indicators in the analyses revealed that students who feel the greatest impact of suffering associated with situations of discrimination are also those who are in a more precarious economic situation; among racialized people, discrimination is greater when they have disabilities. In the open question, we organized the discussion into three themes: 1) suffering associated with experiences of discrimination or exclusion; 2) impacts of institutional structure and functioning; 3) addressing the research team. Relying on authors from philosophy and humanities, we linked excerpts from participants' testimonies to the issue of the medicalization of suffering, neoliberalism in education and its impact on the processes of subjectivation. We verified the relevance of the intersectional perspective in the critical analysis of the data, which suggests that it is decisive for improving public policies and institutional actions in a more inclusive direction.

Keywords:

Neoliberalism.
French higher
education.
Medicalization.
Intersectionality.

Resumé

Vers une perspective critique et intersectionnelle de l'écoute de la souffrance à l'ère néolibérale : les expériences des étudiants dans l'enseignement supérieur français

Cet article présente les analyses de la première phase d'une recherche menée en France entre 2023 et 2024. Il aborde les expériences des étudiants universitaires par rapport aux défis de la vie académique à l'ère néolibérale. Les données analysées proviennent d'un questionnaire socio-anthropologique en ligne, comportant des questions à choix multiples (sur l'origine, le genre, l'âge, le logement, les ressources, les loisirs, la consommation de substances psychoactives, les situations de discrimination, etc.) L'enquête a été diffusée dans plusieurs établissements français et 211 étudiants de différents cursus et étapes de leur formation y ont répondu. La majorité des répondants étaient des femmes issues de filières de sciences humaines. Le croisement des indicateurs dans les analyses a révélé que les étudiants qui ressentent le plus l'impact de la souffrance liée aux situations de discrimination sont aussi ceux dans une situation économique plus précaire; chez les personnes racisées, la discrimination est plus forte lorsqu'elles sont en situation de handicap. Dans la question ouverte, nous avons organisé la discussion en trois thèmes: 1) la souffrance associée aux expériences de discrimination ou d'exclusion; 2) les impacts de la structure et du fonctionnement des institutions; et 3) la manière de s'adresser à l'équipe de recherche. En nous appuyant sur des auteurs de philosophie et de sciences humaines, nous avons relié des verbatim de participants à la question de la médicalisation de la souffrance, du néolibéralisme dans l'éducation et de son impact sur les processus de subjectivation. Nous avons vérifié la pertinence de la perspective intersectionnelle dans l'analyse critique des données, ce qui suggère qu'elle est décisive pour améliorer les politiques publiques et les actions institutionnelles dans un sens plus inclusif.

Mots-clés:

Néolibéralisme.
Enseignement
supérieur français.
Médicalisation.
Intersectionnalité.

I – Apresentação

Neste artigo, analisaremos dados parciais da pesquisa intitulada: “Neoliberalismo, sofrimentos e iniciativas na produção de cuidados no ensino superior”, realizada entre 2023 e 2024, vinculada ao Laboratório Sophiapol - Université Paris Nanterre. Trata-se de um estudo sobre as experiências de sofrimento de estudantes no ensino superior francês e suas interfaces com o cotidiano acadêmico em tempos neoliberais.

Estudos apresentados por Leão *et al* (2019, 2019a), Goldstein *et al* (2021), Piva (2023), Maia (2022), entre outros, revelam haver uma relação direta entre a permanência estudantil e as condições sociais e institucionais nas quais transcorre a vida universitária, que podem afetar a saúde mental e o percurso acadêmico de estudantes. Nesse sentido, a saúde está inescapavelmente condicionada a determinações supraindividuais (acesso a direitos fundamentais, experiências de dignidade, sentimento de pertencimento sociocomunitário etc.). Mas o que ocorre quando tais experiências encontram obstáculos e isso é normalizado? Como as estruturas competitivas e excludentes do atual sistema de ensino afetam as experiências dos/as estudantes? A comunidade universitária poderia fazer frente ao mal-estar e à evasão de discentes, superando a lógica que patologiza e medicaliza os sofrimentos? Com o intuito de compreender o que comunicam as experiências de sofrimento de estudantes universitários na França e responder a essas questões, esta pesquisa buscou conhecer as condições de vida, as redes de apoio, os desafios e esforços empenhados por estudantes para permanecer no ensino superior francês atualmente.

“Não se sofre da mesma forma dentro e fora do neoliberalismo. Essa modificação implica a eliminação de dimensões dinâmicas da doença. Pois o sofrimento psíquico guarda uma dimensão de recusa e de revolta contra o sistema social de normas.” (Safatle, 2021, p. 33).

Se levamos em conta que o neoliberalismo é o grande operador de uma razão mercadológica na qual o cálculo econômico está presente em todas as esferas da vida (Maia, 2022), entendemos por que os sujeitos – convertidos em consumidores e empreendedores de si – dispõem-se voluntariamente a assumir todos os riscos em nome de otimizar seu rendimento e aumentar seu status e poder de consumo. Trata-se, portanto, de pensar o neoliberalismo não apenas como modelo político-econômico, mas como uma nova racionalidade ou engenharia social, capaz de aumentar a adesão da maioria a normas e práticas que não necessariamente lhes sejam benéficas, mas somente possíveis, porque há décadas, vêm ocorrendo processos de enfraquecimento da autonomia dos sujeitos, cada vez mais despolitizados. Segundo Safatle (2021), o Neoliberalismo instituiu uma intervenção social profunda nas dimensões produtoras de conflito, mobilizando processos de internalização disciplinar no nível social e psíquico que revelam uma astúcia estratégica de individualizar responsabilidades. Esse autor fala de uma “nova

gramática social do sofrimento” aludindo ao fato de que, na atualidade, os sujeitos não precisam mais que fiscalizem de fora seus comportamentos, uma vez que a submissão se opera por dentro, pela própria internalização da lógica meritocrática.

Nesse mesmo sentido apontam os sociólogos Dardot e Laval (2016) que, no capítulo “A fábrica do sujeito neoliberal”, apresentam os modos de funcionamento desses “neossujeitos”. Embora abordem o neoliberalismo como uma continuidade radicalizada do capitalismo, pela intensificação da regra do lucro máximo como princípio que rege as relações sociais, trazem algo de novo: a substituição do conceito foucaultiano de “dispositivo da eficácia”, responsável por docilizar os corpos na Modernidade, pelo “dispositivo do gozo”, capaz de docilizar, também, as mentes no Neoliberalismo. Para os autores, essa nova governabilidade foi beneficiada pelo esvaziamento progressivo das dimensões coletivas do estado de bem-estar social, produzindo a unificação inédita dos modos de subjetivação: temos agora uma massa de “sujeitos-empresas” que tomam para si responsabilidades empresariais; o patrão não é mais um almoz, mas exemplo a ser seguido; a voz que sopra comandos, agora sopra de dentro. O sujeito neoliberal tem diante de si todo um mercado de técnicas para gerenciar seu desempenho, otimizar sua produtividade (e minimizar seu mal-estar), não por sacrifícios impostos de fora, mas seguindo cobranças vindas da própria consciência. Cabe ao sujeito neoliberal gerenciar os riscos e esforços para ser bem-sucedido, como se o sucesso ou o fracasso dependesse somente dele. Iludido pela ideia de poder ser o que quiser, desde que se esforce, o sujeito neoliberal está em estado de ansiedade crônica, preocupado em produzir, competir, superar os outros e a si próprio. Se não consegue performar o seu melhor, sente que a responsabilidade é sua: eis o triunfo da ideologia meritocrática no mundo neoliberal.

A escuta do sofrimento subjetivo em sua dimensão política e psicossocial também nos permite reconhecer, com espanto, a emergência de uma nova “gramática social do sofrimento” (Safatle, 2021, p. 36 in Dunker, Junior & Safatle, 2021), instaurada sobretudo a partir da terceira versão do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM III, 1980). Nela, sintomas de sofrimento psíquico até então articulados a etiologias interacionistas, ressurgem fragmentados e decodificados, como se fossem sintomas de transtornos específicos, com natureza independente dos contextos de vida dos sujeitos.¹ Essa nova gramática social do sofrimento, no neoliberalismo, intensifica os processos de medicalização da vida.

¹ Em 1952, quando o DSM I foi lançado, tinha 60 categorias diagnósticas. O acúmulo de revisões levou à publicação do DSM II, em 1968, com 128 categorias clínicas. Já o DSM III, publicado em 1980 e revisado em 1987, mais do que dobrou o número de transtornos, eliminando categorias como “neurose” e “histeria”, relacionadas a conflitos, ao mesmo tempo em que inseriu categorias como “depressão” e “ansiedade”, cujos sintomas seriam seus traços naturais. No DSM IV, lançado em 1994, esse número atingiu 528 categorias. Ora, 413 doenças “descobertas” nos últimos 60 anos configuram um fenômeno que, ironiza Safatle (2024), só se explicaria por uma verdadeira “anomalia científica”.

Entendemos por medicalização o processo em que as questões da vida social, sempre complexas, multifatoriais e marcadas pela cultura e pelo tempo histórico, são reduzidas à lógica médica, vinculando aquilo que não está adequado às normas sociais a uma suposta causalidade orgânica, expressa no adoecimento do indivíduo.” (Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, 2013).²

A medicalização tem servido para abafar questionamentos e desconfortos, despolitizando os sofrimentos. Isso porque decodifica comportamentos e emoções inconvenientes e perturbadores à ordem social (tais como raiva, tristeza, exaustão, performances abaixo das metas estabelecidas etc.) como se fossem expressões de distúrbios naturais (de comportamento, de aprendizagem etc.) Tais expressões humanas são retiradas de seus contextos, isoladas dos seus determinantes sociais, políticos, históricos e relacionais, passando a ser compreendidas como problemas ou transtornos individuais. Será que tais operações de individualização ganham novos contornos no neoliberalismo e, mais especificamente, no ensino superior francês na atualidade? Para tentar responder a essas questões, dividimos as páginas que se seguem nas seguintes partes: II – Contexto de investigação: o ensino superior francês; III - Construção da metodologia; IV – Análise dos resultados - questões fechadas; V – Algumas análises da questão aberta e VI – Considerações finais provisórias.

II – Contexto de investigação: o ensino superior francês

Entre 2002 e 2006, o ensino superior francês passou por algumas mudanças, dentre as quais a introdução da "Reforma LMD" (*Licence-Master-Doctorat*), para alinhar o sistema à estrutura europeia e facilitar a mobilidade estudantil. Os diplomas de *Licence*, correspondente a cursos de graduação, oferecem, por três anos, uma formação voltada a um campo específico. No entanto, para que estudantes possam exercer profissões na maioria das áreas, devem submeter-se a nova seleção com vagas limitadas e, se aprovadas/os, terão em média mais dois anos de curso, até concluir o *Master* (Mestrado), etapa adicional. (Loechner, 2021).

Segundo a agência nacional encarregada do ensino superior francês em países estrangeiros, Campus France (2024), a França abriga mais de 3.500 estabelecimentos, públicos e privados, entre eles, 72 universidades. No ano acadêmico de 2022-2023, o corpo discente alcançou 1,6 milhões de estudantes. Quase 1 milhão estava matriculada em programas de graduação; cerca de 585.000 em programas de mestrado e 53.000 em programas de doutorado. Esses números sugerem haver dificuldades ao longo do percurso, pois somente 61% dos que ingressam na graduação conseguem concluir o mestrado; entretanto, cerca de 39% ficam pelo caminho: ou não entram, ou entram, mas não

² Manifesto do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, produzido no II Seminário Internacional “A Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos”. Novas capturas, antigos diagnósticos na “Era dos Transtornos”.

concluem o mestrado, o que inviabiliza o exercício da profissão de formação escolhida. Para enfrentar a concorrência acirrada nas admissões de mestrado, o governo francês introduziu o Parcoursup em 2018, plataforma on-line para gerenciar admissões no ensino superior. O objetivo era tornar o processo mais transparente e justo. Apesar da introdução dessa plataforma, a seleção de estudantes de mestrado permaneceu nebulosa e excludente, e o Parcoursup foi alvo de críticas, principalmente em relação ao gerenciamento das listas de espera, à ausência de critérios seletivos e à pressão psicológica sobre as/os estudantes (Dréan & Le Nevé, 2023). Em 2023, foi lançada uma nova plataforma on-line, “Mon Master”, para simplificar as inscrições para o mestrado: os candidatos preenchem seus dados e fazem o *upload* de seu dossiê, que pode servir à candidatura em diferentes áreas e regiões do país. Em reportagem publicada no Le Monde (Dréan, 2024), esse sistema suscitou críticas entre professores, uma vez que o processo de seleção discente se tornou remoto e despersonalizado. A mudança teria ampliado a distância entre as/os estudantes, os programas de mestrado e os docentes. Por vezes, estudantes ficam sem nenhuma justificativa quando sua candidatura não é aceita.

As universidades francesas não contam com políticas afirmativas de ingresso, como as do Brasil. Por outro lado, dispõem de recursos de assistência aos estudantes (bolsas e auxílios à moradia, refeição, transporte e materiais), o que favorece a permanência estudantil. Mas por serem insuficientes, vêm sendo alvo de questionamentos em sindicatos estudantis. Há bolsas de estudo oferecidas pelos Centros Regionais de Obras Universitárias e Escolares (CROUS), as quais privilegiam critérios sociais. Os valores das bolsas variam de €145 a €633 por mês (Service Public France, 2024). Considerando que o salário mínimo atual é de €1.398, entende-se por que esses valores são considerados insuficientes para cobrir os custos da vida estudantil. Segundo o jornal Le Monde (Dréan, 2024), um estudo recente da Federação das Associações Gerais de Estudantes (FAGE) revela que 19% dos estudantes entrevistados não comem o suficiente, eliminando cerca de três refeições por semana.

III - Construção da metodologia

De teor quantitativo e qualitativo, esta pesquisa contou com observação-participante em universidades francesas; questionário on-line respondidos por estudantes; entrevistas semiestruturadas com estudantes. A pesquisa está inscrita na Plataforma Brasil com parecer nº 6.326.437. Esse artigo apresenta análises da primeira etapa de campo: o questionário *on-line*. Construído na Plataforma Google Forms, propusemos 22 questões fechadas e 1 aberta. O questionário on-line ficou disponível entre novembro de 2023 e fevereiro de 2024. Para atrair a participação estudantil, elaboramos um convite em forma de panfleto - impresso e virtual - que continha um link e um QR code de acesso ao Questionário. O panfleto impresso foi distribuído em algumas universidades e afixado em murais (Figura 1).

Desenvolvemos também um convite virtual, para a difusão da pesquisa no LinkedIn e WhatsApp (Figura 2).

Figura 1³ - Convite impresso



Figura 2⁴ - Convite virtual



Buscamos compreender o perfil socioantropológico dos/as participantes e suas possíveis interfaces com as experiências vividas nas universidades francesas. Propusemos questões sobre idade; curso, universidade; tipo de moradia; situação econômica; acesso a bolsas e outros auxílios financeiros; identidade de gênero; trabalho; origem familiar; situações de discriminação no meio acadêmico (vivenciadas ou testemunhadas, relativas a questões étnico-raciais, econômicas, gênero, sexualidade, deficiência, idade); uso de substâncias psicoativas (lícitas ou ilícitas); impactos após pandemia de Covid-19; lazer e tempo livre; obstáculos e estratégias de apoio no percurso acadêmico, expectativas para o futuro. A última questão era aberta a comentários e o/a participante poderia anexar arquivos de texto e imagem.

Durante a fase de elaboração do questionário, submetemos uma primeira versão a uma estudante recém-licenciada em Direito, em Paris, que considerou o instrumento amplo e “inclusivo”, tanto pela

³ Tradução nossa: Você é estudante universitária/o? Participe do nosso projeto de pesquisa compartilhando suas experiências de vida universitária. Acesse um questionário escaneando neste QR Code via seu smartphone, ou através deste link: [link]. Data limite para responder ao questionário: 15/01/2024. Obrigada por sua valiosa colaboração! Profa. Thaís Goldstein e equipe de pesquisa.

⁴ Tradução nossa: Querida rede de estudantes universitários, venha participar de uma pesquisa envolvente que explora as conexões entre saúde mental, ensino superior e os desafios contemporâneos! Ao contribuir, você nos ajudará a compreender as questões de saúde mental em nossas universidades. Clique aqui para acessar o questionário: [link] Compartilhe esta oportunidade com seus colegas para ampliar o impacto do nosso compromisso coletivo com o bem-estar estudantil e com o aperfeiçoamento de nossas instituições. Agradecemos sua valiosa contribuição para a pesquisa e para a melhoria contínua da vida universitária. Juntos, vamos fazer avançar o conhecimento e o bem-estar em nossos campi!

variedade dos temas quanto pela linguagem utilizada, fazendo pequenas sugestões e dispondo-se a ajudar na divulgação. Submetemos, então, a um professor de sociologia francês, que julgou algumas questões “intrusivas” para o contexto francês. Elas diziam respeito à orientação sexual, identidade de gênero, fé/religião e às gradações no sentimento de “ser francês/a”. Essa última questão era uma tentativa nossa de driblar o pacto de silêncio sobre as questões étnico-raciais e a ausência de política de cotas nesse sentido. Ora, tínhamos como referência a Lei das Cotas (Brasil, 2012), que contribuiu decisivamente para democratizar o acesso e diversificar o corpo discente no ensino superior brasileiro, território tradicionalmente branco, elitizado, com epistemologias europeias e estadunidenses. Graças às políticas afirmativas de cotas socioeconômicas e étnico-raciais, menos de uma década depois, a maioria dos/as estudantes do ensino superior público brasileiro é negra e pertence a grupos socialmente desfavorecidos (Andifes, 2018). Tal política revelou-se necessária, assim como a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES - Brasil, 2010), mas elas não têm sido suficientes para eliminar situações de exclusão que ainda se (re)produzem no cotidiano acadêmico (Goldstein *et al*, 2021).

Ao cogitarmos abordar a questão étnico-racial no questionário, como temos feito no Brasil, ouvimos ser uma questão complexa na França, pois tal identificação serviu para endossar o horror da deportação em massa de judeus aos campos de concentração nazista na segunda guerra mundial. O assunto é polêmico e sem consenso até hoje. De fato, o artigo 1º da Constituição francesa de 4 de outubro de 1958 diz: "A França é uma República indivisível, laica, democrática e social. Garante igualdade perante a lei de todos os cidadãos, sem distinção de origem, de raça ou de religião". A ascensão de tendências reacionárias e o uso de estatísticas étnico-raciais para fins de exploração, fez com que políticos acreditassem que há mais a perder do que a ganhar com essas estatísticas. No espectro político à esquerda, alguns consideram que falar de discriminação racial enfraqueceria a luta de classes. Mas há também argumentos na direção contrária. Por exemplo, para o demógrafo e historiador francês Hervé Le Bras (apud Vincent, 2020), de nada serve uma nação ter ideais universalistas, se ela se recusar a medir a distância entre elas e a realidade. Para o autor e para movimentos antirracistas recentes, o mito republicano de que todos seriam igualmente franceses reforça a ideia equivocada de que a discriminação racial existiria apenas em casos isolados. O sociólogo Vincent-Arnaud Chappe (apud Vincent, 2020) lembra que estudos estatísticos em sociologia revelam a importância das origens, e que pesquisas sobre gênero na relação com desigualdades sociais permitem desenvolver instrumentos para reduzi-las (políticas de discriminação positiva, cotas etc.) Como não quisemos abrir mão desse debate no contexto francês, contemplamos o tema com perguntas sobre origem familiar, pertencimento a grupo social “racializado” (*racisé*) e situações vivenciadas ou testemunhadas de discriminação (de diferentes tipos).

IV – Análise dos resultados - questões fechadas

Os contornos socioantropológicos de nossa amostra discente

Nossa amostra abrange 211 entrevistados/as. Apesar de ser restrita em números absolutos, ela permite diálogos com estatísticas nacionais, como se verá. A maioria tem entre 21 e 25 anos (60%); 25% entre 17 e 20 anos; aqueles/as com mais de 26 anos representam 15%. Característica marcante é a predominância de mulheres: 82%, embora a distribuição de mulheres e homens seja equilibrada no ensino superior francês. Identidades de gênero fluído ou não-binárias totalizaram 3%. A participação de estudantes de cursos das áreas de humanas predominou (83%): 55% estão matriculados em psicologia, seguida por línguas estrangeiras (19%) e ciências sociais (9%). Dentre as instituições de ensino, nossa amostra não se limita à capital, ainda que a Universidade Paris-Nanterre (54 menções) e outras parisienses (49 menções) tenham sido as mais mencionadas, seguidas pelas Universidades de Toulouse, Aix-en-Provence, Avignon, Lyon, Metz, Montpellier, Nîmes, Poitiers e Tours. O nível universitário também é mais avançado que a média nacional: enquanto 45% assumiram estar na *Licence*, 53% encontram-se mais adiante no percurso, distribuindo-se entre Mestrado (45%) e Doutorado (8%). 5% não responderam. A concentração do gênero feminino e de áreas das ciências humanas, com predominância de estudos de pós-graduação, não reflete a diversidade acadêmica francesa, mas permite dialogar com as médias nacionais, interseccionando alguns marcadores sociais.

As condições de moradia variam: 40% moram com a família; 35% em moradia individual; 14% compartilham a moradia (república); 9% vivem em residências universitárias e 2% marcaram “outras opções”.

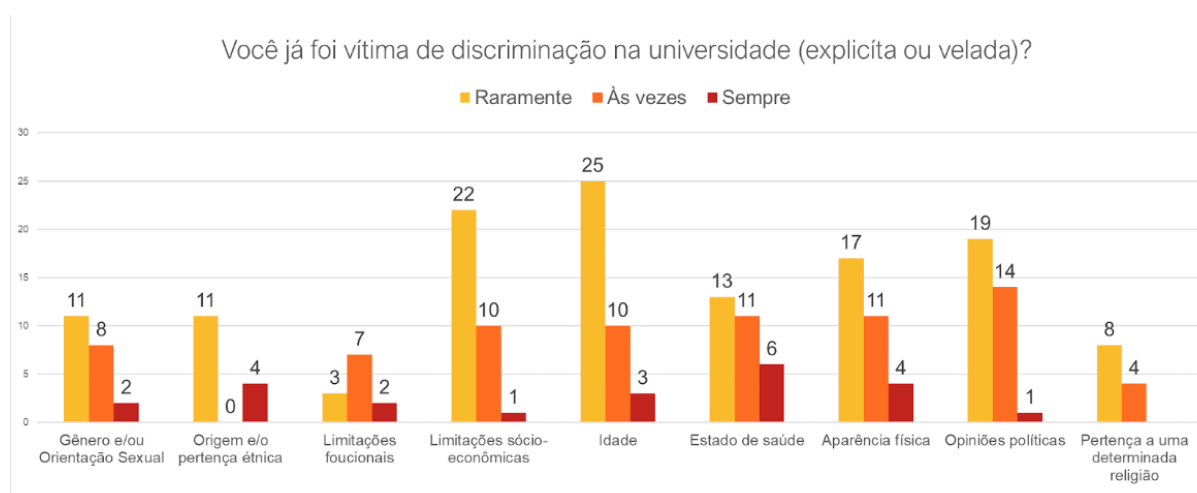
Dos/as nossos 211 participantes, 70% referem não enfrentar dificuldades financeiras. No entanto, 18% lutam para pagar as contas todo mês e 12% se encontram em uma situação financeira precária. Para entender essa diversidade, criamos um “índice de situação econômica”, atribuindo pontuações de 1 a 10 de acordo com as dificuldades financeiras percebidas. A pontuação média foi de 5,4/10, indicando uma situação econômica geralmente moderada, com variações significativas. Em termos de apoio à permanência, 43% recebem bolsas, enquanto 44% são financiados pela família. Dos auxílios mais mencionados, 34% recebem Auxílio para Moradia Pessoal (APL); 25% têm acesso a refeições por 1 euro nos restaurantes universitários e 10% recebem auxílio transporte. A análise desses dados revela que estudantes que contam com apoio financeiro das famílias têm uma situação econômica melhor em relação aos que recebem bolsas. Já as/os que não recebem bolsas nem apoio familiar, apresentam os índices mais baixos e preocupantes em termos de dificuldades econômicas.

A necessidade de trabalhar enquanto cursam a faculdade é a realidade de 55% de nossa amostra, embora as horas trabalhadas variem: 15% trabalham menos de 10 horas por semana; 19% trabalham

entre 10 e 30 horas e 12%, apenas durante as férias. Especialmente para doutorandos/as, a universidade pode ser uma fonte de renda, uma vez que oportuniza trabalhos contíguos aos estudos. O índice médio de situação econômica para as/os que trabalham é ligeiramente inferior (5,2/10) ao daqueles que não trabalham (5,5/10). Na análise desses dados, uma tendência emerge: quanto mais horas trabalham, mais negativa é a percepção de sua situação econômica. Quem trabalha mais horas, têm mais dificuldades financeiras e sofre para conciliar trabalho e estudos, o que afeta a vida acadêmica. Esses dados revelam uma verdade inegável: o apoio financeiro, institucional ou familiar, desempenha papel crucial na qualidade de vida das/os estudantes. Essa realidade destaca a urgência de aperfeiçoamento de políticas inclusivas e de apoio ampliado, para que as/os estudantes possam se formar sem o peso esmagador das preocupações financeiras.

Buscando entender as experiências de discriminação vivenciadas ou testemunhadas na universidade, consideramos tipos e frequências: as discriminações mais mencionadas foram as relacionadas ao estado de saúde; à aparência física; à origem/pertencimento étnico; à idade; às limitações funcionais; às limitações socioeconômicas; ao gênero e à orientação sexual. Ao analisar a frequência delas, percebemos que metade das participantes já sofreu pelo menos uma das formas citadas. Para quantificar, desenvolvemos um “índice ponderado de discriminação”, mostrando uma correlação negativa entre a frequência e a situação econômica do/a estudante. Ou seja, as/os que sofrem mais discriminações são também as/os que estão em situação econômica mais precária. Essa articulação de opressões é ainda mais forte entre as pessoas racializadas e aquelas que declaram ter deficiências, sugerindo, empiricamente, a pertinência do conceito de interseccionalidade para se compreender as configurações plurais contextualizadas nas experiências de minorias políticas. (Crenshaw, 1989; Lépinard & Mazouz, 2021).

Figura 3 - Um zoom nas discriminações vivenciadas (dados da pesquisa)



Foram mencionadas 265 regiões de origem, sendo 78 fora da França. 29% relatam ter raízes estrangeiras, número que reflete os dados da pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos Demográficos (INED), intitulada: *Trajectoires et Origines* (Beauchemin *et al*, 2019-2020), revelando que mais de 30% da população francesa tem origens migratórias. Cabe lembrar que 26% das/os participantes consideram-se “racializados/as”, sendo que a maioria declara origens não europeias. Mas essa diversidade cultural nem sempre se traduz em equidade: apesar de, em nossa amostra, não notarmos discrepâncias econômicas entre os grupos racializados e não racializados, os primeiros têm proporcionalmente mais estudantes bolsistas. Em números absolutos, 15 pessoas relataram ter sido discriminadas com base na origem/pertencimento étnico-racial. No total, 41 pessoas (19%) referem ter testemunhado esse tipo de discriminação na universidade. Isso evidencia uma preocupante realidade, na qual o racismo se reproduz, mesmo que dele pouco se fale.

Entre os/as participantes, 17% declaram ter uma ou mais deficiências, principalmente psicológicas, e 41% delas consomem psicotrópicos. A experiência de discriminação é uma realidade para esses/as estudantes: 12 dos 35 que declararam ter uma deficiência relataram ter sido vítimas de incompreensão ou segregação na universidade. As deficiências, visíveis ou invisíveis, adicionam outra camada de complexidade à discussão sobre discriminações, até porque muito do que se entende por “deficiência”, na atualidade, diz respeito às dificuldades em processos de aprendizagem e socialização que, não necessariamente, são deficiências. Contudo, em sistemas de ensino excludentes, portar um diagnóstico pode eventualmente permitir uma escuta individualizada e a flexibilização nas exigências. Se, de um lado, a medicalização de determinados modos de aprender e interagir reduz a diversidade a uma norma moral travestida de clínica, por outro lado, ela tem ganhado adesão pelas suas “inclusões compensatórias”, que podem até facilitar a vida acadêmica de alguns, mas mas em nada modificam a estrutura do sistema.

Figura 4 - Origens das famílias dos/as participantes (dados da pesquisa)



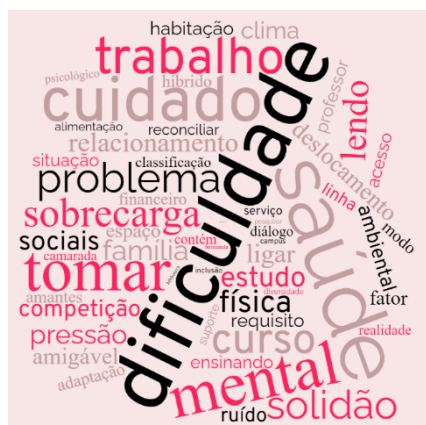
Abordamos o tema das drogas utilizando o termo “substâncias psicoativas”. Nosso objetivo era contemplar a variedade substâncias, lícitas ou ilícitas, que influenciam as atividades cerebrais e psíquicas e que podem gerar dependência. A maioria significativa de participantes (91%) refere consumir açúcar frequentemente; há também um alto consumo de álcool (72%), seguido de cafeína (70%), tabaco (34%), cigarros eletrônicos com nicotina (19%), cannabis (18%); medicamentos psicotrópicos (16%), canabidiol - CBD (12%) e outras substâncias ilícitas (7%). De nossa amostra, das 151 pessoas que referem consumir álcool, 72 o fazem “às vezes” (consumo semanal, quinzenal ou mensal). Na França, o álcool também aparece como a segunda substância psicoativa mais consumida após o açúcar (Ahmed, 2010). Contudo, nossa média parece estar acima das estatísticas nacionais de consumo de álcool em adultos franceses, considerando que as respondentes são majoritariamente mulheres de classe média e trabalhadoras, e que, na sociedade francesa, são os homens que consomem mais álcool. Segundo pesquisa da Assurance Maladie (2024), dentre adultos que consomem álcool semanalmente, a taxa de consumo por homens é quase o dobro (50,5%) daquela entre as mulheres (28,1%). A cafeína ocupa o terceiro lugar. O tabaco é consumido por 34% dos/as estudantes, número que se alinha com as tendências nacionais (Santé Publique France, 2023). Vale dizer ainda que 16% dos respondentes utilizam medicamentos psicotrópicos, novamente em consonância com os dados franceses. O uso de cannabis, citado por 18% dos participantes, supera ligeiramente as médias nacionais. A análise de dados mostra que o consumo de substâncias psicoativas se distribui de modo homogêneo entre as faixas etárias, mas varia conforme a situação econômica. Estudantes em situação socioeconômica de maior precariedade são mais propensos/as a consumir várias substâncias, enquanto os que tem melhores condições materiais consomem menos frequentemente.

Do total de nossa amostra, foram mencionadas 719 vezes o uso de uma ou mais substâncias das 9 apresentadas. Observamos um fenômeno de multiconsumo. 73% consomem entre duas e cinco substâncias diferentes, sendo o açúcar, a cafeína e o álcool os mais comumente combinados. Para quantificar esse consumo, elaboramos um índice ponderado que oferecia para cada uma das 9 substâncias, 4 respostas possíveis: nunca / raramente / às vezes / frequentemente. Para traduzir a frequência em números, atribuímos 0 para "nunca", 1 para "raramente", 3 para "às vezes" e 10 para "frequentemente". Dividimos a soma obtida pelo número de substâncias para obter uma nota de 0 a 10. Quando os/as estudantes consomem várias substâncias, os índices de consumo disparam. Em teoria, uma pessoa que consome "frequentemente" todas as 9 substâncias teria uma nota de 90/90, ou seja, um índice ponderado de 10/10. Na nossa média, este índice é de 5,1/10, mas sobe para 5,7/10 quando consideramos os/as consumidores/as de medicamentos psicotrópicos.

Esse multiconsumo pode ser uma forma de enfrentar os desafios da vida acadêmica. Ora, em busca de melhorar o rendimento, concentrar-se, relaxar e dormir em meio às exigências simultâneas da universidade e da vida mais ampla, como atenuar o peso da exaustão, das dificuldades materiais, da pressão social? Filippini (2020), em estudo com estudantes universitários, destaca que o uso dessas substâncias é frequentemente associado a situações de vulnerabilidade, e que estratégias de cuidado baseadas no diálogo com pares e troca de experiências têm sido reconhecidas como formas eficazes de enfrentamento. Falar abertamente sobre essas práticas, sem moralismo, reunindo informações e experiências, pode contribuir para reduzir danos e riscos à saúde física e mental discente. Tais práticas de cuidado revelam que o problema não deve ser compreendido apenas na perspectiva individual, mas também como um assunto que demanda iniciativas institucionais e sociais mais amplas.

Sobre os obstáculos encontrados na vida universitária, contemplados na questão 20: *“Você encontra obstáculos que dificultam sua permanência na universidade?”*, 173 estudantes (82%) responderam afirmativamente. Dessas, 39 pessoas (18%) responderam “frequentemente” e chama a atenção que o índice de situação econômica delas é notavelmente inferior ao da média, assim como o índice de discriminação percebida é mais alto. Esses dois índices, como já demonstrado, estão fortemente correlacionados. A questão 21 permitia escolher um ou mais obstáculos encontrados na vida universitária, com uma alternativa em branco que podia ser preenchida. Nossa análise multivariada possibilitou-nos visualizar quatro grupos distintos de estudantes, com relação aos obstáculos enfrentados: **Grupo 1** - 25 respondentes, composto majoritariamente por jovens de 17 a 20 anos que trabalham e estudam, com dificuldades materiais para prosseguir os estudos; apresentam um consumo elevado de substâncias psicoativas; **Grupo 2** - 31 respondentes: são jovens de 21 a 25 anos que enfrentam problemas de moradia, de saúde, autocuidado, solidão e falta de apoio. A situação econômica é precária. Inclui mais bolsistas que referem encontrar frequentes obstáculos na vida universitária. **Grupo 3** - 28 respondentes (26 a 30 anos): este grupo tem mais pessoas racializadas e de gênero indefinido (“não binárias”), além de dificuldades materiais, enfrenta problemas sociais, como pressão familiar e dificuldades na relação com colegas; **Grupo 4** - 35 respondentes (41 a 60 anos): composto principalmente por pessoas financeiramente estáveis, em sua maioria homens não racializados e apoiados pela família, cujo maior desafio é conciliar a carga de trabalho com os estudos. Nas Nuvens de Palavras abaixo, foi feita uma análise lexical que atribui o tamanho das palavras à proporção de sua frequência. Na Figura 5, temos os obstáculos encontrados na vida universitária e na Figura 6, as estratégias de enfrentamento:

Figura 6 - Nuvem de palavras das estratégias de enfrentamento (tradução nossa)



V – Algumas análises da questão aberta

“Há algo mais que queira acrescentar? O espaço abaixo é livre, caso deseje fazer comentários, anexar imagens ou outros arquivos que considere relevantes sobre a sua experiência na universidade”

Das/os 211 participantes, 32 deixaram registros nesta última questão, aberta. Organizamos as análises em três grupos temáticos: 1) Sofrimentos associados a experiências de discriminação ou exclusão; 2) Impactos da estrutura e funcionamento institucional e 3) Endereçamentos à equipe de pesquisa. Com o apoio de autores da filosofia e ciências humanas, articulamos trechos de depoimentos de participantes à questão da medicalização dos sofrimentos, do neoliberalismo na educação e de seus impactos nos processos de subjetivação.

Tema 1: Sofrimentos associados a experiências de discriminação ou exclusão:

A atenção e assistência às pessoas com deficiências, sejam elas visíveis ou invisíveis, não pareceu ser comum, salvo quando algum/ma professor/a é sensível a isso, sugerindo não haver uma política que preconize práticas pedagógicas e institucionais em perspectiva inclusiva.

As dimensões étnico-raciais da discriminação aparecem de maneira mais velada que explícita, entranhadas na própria vida ordinária das instituições, com seleções que, de modo implícito, dificultam a permanência de estudantes não brancas/os, pobres e trabalhadoras/es. Ainda assim, buscam-se dispositivos mitigadores dos impactos desse sistema, e alguns/mas estudantes conseguem resistir.

Sabendo que a minha apresentação como mulher negra poderia ser prejudicial para a minha candidatura ao Mestrado, tive que criar meios de compensar isso de todas as formas possíveis. Foi muito difícil, ficava exausta diariamente. Olhando para trás, me pergunto como consegui ter notas suficientes para passar no Mestrado. De fato, tentei o Mestrado 2 anos consecutivos, pois não consegui entrar no primeiro ano e no segundo, fiquei na lista de espera. Se não fosse a desistência aleatória das pessoas que me antecederam na lista, não teria tido a oportunidade de estar onde estou neste ano. Boa sorte na pesquisa! (tradução nossa)

A busca por compensar as desvantagens associadas à condição de mulher negra e trabalhadora parece configurar um saber tácito da estudante sobre o racismo estrutural (Almeida, 2019). Esse autor defende que o racismo não é uma anormalidade, mas está na estrutura do sistema, ainda que seja reconhecido por pessoas brancas somente quando expresso em situações explícitas de discriminação. Para ele, o racismo tem estruturado o sistema capitalista na divisão do trabalho, no acesso desigual a bens e direitos, na ocupação majoritária dos espaços de poder e privilégio material por pessoas brancas e dos espaços de privação de liberdade e de direitos (tais como presídios, periferias e trabalhos precarizados) por pessoas não brancas⁵.

No Brasil, a Lei de Cotas (2012) tem atenuado as desigualdades raciais e sociais, reservando metade das vagas do ensino superior a estudantes provenientes de escolas públicas, pessoas negras, quilombolas e indígenas. Mas apesar de uma maior democratização do acesso, a permanência desses estudantes segue sendo um grande desafio (Goldstein *et al*, 2021). O aumento da média de estudantes não-brancos nas universidades públicas - 70%, segundo pesquisa da ANDIFES (2018), - ainda contrasta com a sub-representação histórica desses grupos no corpo docente (Tenente, 2022), o que tem levado algumas universidades brasileiras a adotarem reserva de vagas para professores pretos, pardos e indígenas.

Ao analisar os impactos subjetivos da violência colonial presente nas universidades, Kilomba (2019) aponta o papel das relações desiguais e discriminatórias enquanto produtoras de decepção, raiva

⁵ Em 2023, aproximadamente 70% da população carcerária no Brasil era composta por pessoas pretas e pardas, conforme dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024.

e sofrimento. Nesse mesmo sentido, hooks (2013) aborda os tensionamentos relacionados às desigualdades sociais em sala de aula, que, para ela, não se restringem à questão material ou econômica, mas moldam valores, atitudes, interações sociais e modos de difusão do conhecimento, que encontram - ou não - mecanismos de reforço social. Para essa autora, há nas universidades um sistema tácito de recompensas para quem adere ao pacto de silêncio sobre as desigualdades, ao passo que gritos, manifestações de raiva e protestos perturbadores da ordem são punidos.

Como na França o debate étnico-racial enfrenta forte resistência, tanto no meio acadêmico quanto na política, a menção à questão da raça/etnia costuma ser vista como polêmica e indesejável. Segundo Lépinard & Mazouz (2021), a resistência ao conceito de identidade étnico-racial nas ciências sociais francesa está relacionada a incompreensões conceituais e à predominância da ideia de um suposto “universalismo republicano” (centralidade da ideia de indivíduo como herança da Revolução Francesa). Por isso, afirmam que nos debates acadêmicos é comum que a questão étnico-racial seja remetida a “querelas identitárias” de cunho meramente político, sem valor acadêmico. Entretanto, as autoras apontam o paradoxo do discurso republicano que prega a igualdade, mas deixa sob silêncio os impactos das políticas adotadas desde o passado colonial francês até os dias atuais. Elas problematizam essa homogeneização fictícia do corpo político (que abstrai os indivíduos de suas marcas sociais) e defendem uma perspectiva interseccional, que considere a raça, classe e o gênero no interior de um regime de poder produtor de hierarquias sociais que precisam ser consideradas ante o desafio da construção de políticas de igualdade.

Em relação às dificuldades materiais, destacamos trechos de depoimentos:

Faço fila toda a semana para comer gratuitamente, lamento pelos dias em que não pude ir ao CROUS comer por 1 euro pois vivo com 400 euros por mês, que vão quase que exclusivamente para pagar o aluguel. Não saio e não consumo nada, para poupar dinheiro. Para me distrair, fraudo a entrada no cinema, converso com amigos, roubo livros, escrevo textos políticos e durmo. Os meus amigos saíram todos da universidade. Estão desempregados e recebendo subsídios, é uma desgraça. Alguns vendem drogas e roubam para poder ter o que comer. (tradução nossa)

O CROUS⁶ recusou o meu pedido de subsídio porque “não declarei rendimentos suficientes para este ano fiscal”, ou seja, não tenho direito a um subsídio com base em critérios sociais porque sou demasiadamente pobre. É... o mundo está de pernas para o ar. (tradução nossa)

Percebemos aqui que, mesmo em um país com políticas sociais amplas e institucionalizadas como a França, cometer pequenos delitos pode tornar-se estratégia de sobrevivência (do corpo e do espírito), uma vez que o sistema prevê bolsas e auxílios a estudantes, mas não necessariamente contempla todas/os que deles precisam: há limites, burocracias e contradições.

⁶ CROUS é a sigla para Centre Régional des Œuvres Universitaires et Scolaires, o órgão público francês responsável por serviços de apoio a estudantes, como alojamento, restaurantes universitários, bolsas e assistência social.

Tema 2: Impactos da estrutura e funcionamento institucional

Em alguns depoimentos, docentes foram referidos como pessoas com atitudes arbitrárias e sem diálogo. Bourdieu e Passeron (1970) abordam a violência simbólica presente nas instituições de ensino caracterizada por uma comunicação aparentemente neutra, mas sustentada por relações de poder. No interior delas, observamos frequentemente o receio dos/as estudantes de questioná-las e se prejudicarem, preferindo conformar-se às regras do jogo.

A maior parte dos alunos que sofre com essa situação prefere não dizer nada para não prejudicar os estudos. É quase impossível (ao menos em alguns grupos) não se trabalhar nos temas de investigação do professor responsável, o que ajuda a avançar nas pesquisas pessoais dele. Consultei o professor responsável pela ‘integridade científica’ (...) e ele não vê qualquer problema nisso, não tendo nada a dizer sobre o assunto. (...) Os horários dos cursos também são concebidos exclusivamente para acomodar os horários dos professores pesquisadores (e ainda se adaptarem às salas disponíveis), em detrimento dos estudantes. (tradução nossa)

Mas há também professores que acolhem e orientam os/as estudantes.

Há alguns meses, estava a passar por uma situação de sofrimento psicológico e o fato de ter podido falar com um dos meus professores ajudou-me muito a seguir em frente! Graças a ele, estou agora a ir a um psicólogo e amanhã vou a um psiquiatra. Os professores também podem ter uma solução, mesmo que por vezes duvidemos disso! (tradução nossa)

A disponibilidade de professores/as para ouvir, dialogar e orientar, como nesse caso, conta como uma espécie de “pedagogia do cuidado”. Uma produção psicossocial de saúde, que, no entanto, parece ser exceção e não, regra. Ora, se temos em conta que, no neoliberalismo, o viés econômico é central, podemos entender como a educação vai se transformando em mercadoria: de um lado, o sistema faz aumentar o número de estudantes, centralizando os processos de admissão em uma Plataforma Nacional; de outro, não garante o correspondente investimento nos prédios, nos equipamentos (sobretudo nas regiões periféricas), não assegura número suficiente de professores/as e servidores, e precariza os contratos de trabalho docente. A jornalista Alice Reybaud, em reportagem do *Le Monde* (23/10/2024) intitulada: “*Uso maciço de professores temporários - ‘A realidade é que a universidade não tem mais meios de funcionar’*”, afirma que, em uma universidade francesa considerada umas das 150 melhores do mundo pelo ranking de Shanghai, mais da metade das disciplinas é assumida por professores temporários (proporção de três para um em relação aos efetivos). Enquanto um professor titular pode ganhar até 300 euros por hora, um temporário nas mesmas funções recebe até 50 euros por hora, com sorte. A disparidade salarial é uma das facetas da precarização do trabalho de docentes temporários, que não têm estabilidade nem direitos trabalhistas: eles vendem horas de trabalho. A dependência desses professores temporários compromete a experiência discente, pois esses contratos não exigem formação pedagógica específica nem favorecem a construção de vínculos na universidade.

Vários relatos difíceis vieram acompanhados de expressões de gratidão pela escuta, o que levanta uma questão: o quanto haveria de escuta e engajamento institucional, na lida com problemas que permeiam o cotidiano acadêmico? Para Piva (2023), sentimentos discentes de não pertencimento, ansiedade, vergonha, culpa, exaustão, estresse etc. tendem a se ocultar em silêncio e sigilo, mesmo sendo ordinários. Seja nas interações de corredor, nas cabines de banheiro ou nas conversas entre pares, tais sentimentos costumam ser tratados como experiências individuais, “ganhando o espaço do dizível apenas em situações extraordinárias, ainda que elas habitem o ordinário” (Parreiras apud Piva, 2023, p. 5). O autor retoma o caso de Ricardo, estudante negro que vinha denunciando ser alvo sistemático de racismo na Universidade de São Paulo. Sem respostas efetivas a seus apelos, acabou por tirar a própria vida na universidade em 2021, ano em que outros quatro suicídios discentes foram notificados no primeiro semestre na mesma universidade. A repercussão dessa morte mobilizou colegas, amigos e familiares, que fizeram um cortejo em sua memória, questionando a omissão e a negligência da universidade. Para o autor, a exposição do sofrimento psíquico de Ricardo insere-se em um processo histórico iniciado sete anos antes, quando vieram a público casos de agressão racial, sexual, de gênero e sexualidade nos trotes de diferentes faculdades, o que, na época, levou à instauração de Comissões de Investigação sobre Violações dos Direitos Humanos nas Faculdades Paulistas. Segundo Almeida (apud Piva, 2023), a nomeação de um ato varia conforme as referências culturais hegemônicas. A enunciação coletiva das violências embutidas no sofrimento de Ricardo pode ser entendida como uma operação capaz de politizar o seu gesto, indo na contramão da tendência de se medicalizar o suicídio (por exemplo entendendo-o sempre como fruto de um suposto transtorno depressivo individual). Ao invés disso, a denúncia das violências sofridas apontou a negligência institucional, evitando o deslocamento da questão da esfera institucional e social, para a esfera clínica e individual. Certamente o cenário francês é diferente do brasileiro, sobretudo em termos dos contrastes nos índices de violência entre Brasil e França. Em nossas escutas discentes em faculdades francesas (fase dois da pesquisa, que neste artigo não será abordada), viemos a saber da ocorrência do suicídio de uma estudante em 2023, em uma universidade parisiense, que não parece ter gerado repercussões visíveis das instâncias de poder institucionais. O que houve foi um ato público organizado por colegas da estudante, com a presença de poucos docentes. Por vezes de maneira sutil, mas ainda assim danosa, certas violências acontecem no ambiente universitário sem serem notadas. Vejamos o depoimento desta mestrande:

Fui vítima de assédio sexual durante o meu primeiro ano de tese; por isso evitei o meu laboratório durante um ano. Isto teve um grande impacto na minha produtividade e estou agora com um atraso de um ano e meio em relação ao calendário previsto, consequência de todos os fatores mencionados neste questionário. (tradução nossa)

Nesse relato, chama a atenção o fato de que a estudante, ao narrar ter sido vítima de assédio sexual, destaque principalmente o impacto sobre sua produtividade acadêmica. Esse deslocamento da

atenção, do sofrimento subjetivo para o desempenho, evidencia como a lógica de responsabilização individual e valorização do rendimento, típica da racionalidade neoliberal, molda a forma como os sujeitos lidam com experiências de violência institucional. Mesmo diante de situações limite, como o assédio, tentam gerenciar seus efeitos sozinhos, preocupados com a autossuperação. (Laval & Dardot, 2016).

Tema 3: Endereçamentos à equipe de pesquisa

Agradecimentos e votos: em 8 respostas constatamos palavras explícitas de gratidão pela oportunidade de falar sobre as próprias experiências como discentes, tais como esta:

Só para dizer que 99% do stress da minha vida quotidiana está ligado às exigências da universidade. Boa sorte com a pesquisa, é tão necessário interessarem-se por tudo isto, obrigada! (tradução nossa)

Em meio aos agradecimentos, encontramos também palavras de encorajamento para a continuação da nossa pesquisa e declarações de interesse em participar das etapas posteriores (entrevistas individuais e em grupo), sobretudo pela pertinência do tema.

Gostaria de ser contatado para uma entrevista, por favor, para chamar a atenção para as dificuldades ligadas à discriminação e à estigmatização, a fim de garantir um futuro melhor para as gerações futuras. Trata-se de uma causa de saúde pública e de interesse geral. (tradução nossa)

Críticas: dois respondentes expressaram incômodos com a formulação de duas questões que integravam o questionário. Uma pessoa queixou-se de uma formulação sobre o tempo livre (“sair para beber com os amigos”), afirmando que “consumir drogas” não necessariamente é atividade que amigos fazem juntos. Outra crítica dizia respeito ao modo como formulamos a pergunta sobre gênero.

A universidade está demasiadamente formatada. Isso é bom para adquirir novos conhecimentos e obter um diploma, mas não é bom para o pensamento crítico. Por outro lado, detesto esta moda de se perguntar sobre o nosso gênero, colocando mulher (ou homem) cisgênero como ‘assim designado ao nascer’ e assim por diante. Sei que é difícil para alguns “aiatolás do wokismo” aceitarem, mas o que determina o gênero à nascença é o sexo biológico. Ninguém nos “atribui”! É preciso ter em conta, no entanto, que por detrás do termo “atribuído” se esconde uma ideia de castigo (quase como colocar alguém em uma prisão domiciliar, por exemplo). Mas não vejo como é que nascer com uma vulva ou um pênis é um castigo. Sei que algumas pessoas (sim, digo “algumas” porque é uma minoria muito pequena) não se sente confortável com o seu sexo biológico, e compreendo que sofram. Mas querer impor isso a toda a gente como se fosse comum e normal é absurdo. A disforia de gênero é uma perturbação psiquiátrica. Não a tornemos comum. Caso contrário, corre-se o risco de estas pessoas em sofrimento deixarem de receber tratamento. (tradução nossa)

Quando o olhar para as identidades trans não entende a questão de gênero como constructo social e psíquico, eventualmente descolada do sexo biológico, é comum aparecerem raciocínios patologizantes e medicalizantes, aliados a uma lógica da normalidade (a norma válida seria a da maioria), que tende a

conceber os gêneros minoritários como anomalias psiquiátricas a serem tratadas e não, como possibilidades legítimas e saudáveis no interior da diversidade humana. Para as pessoas trans, sem gênero definido ou com gênero fluido, discursos assim podem soar violentos. Segundo Lionço (2016), há uma ampla variedade de modos de subjetivação entre pessoas trans e, dentre os principais determinantes do sofrimento psíquico, está a atribuição de patologia e anormalidade a esta condição subjetiva. A patologização e a medicalização das identidades trans, assim como denúncias de transfobia, vêm ganhando visibilidade nas últimas décadas, em função da difusão de estudos sobre gênero na filosofia e ciências humanas, bem como das lutas por direitos por parte da comunidade LGBTQIA+. A crítica acima transcrita reverberaria a falsa crença de que os lugares de conhecimento foram colonizados pelo “wokismo”, pelos “estudos de gênero e interseccionalidade”⁷. Trata-se de falsa crença, pois, segundo pesquisa realizada em 2021, (Ollion apud Faure, 2025), as questões de gênero em 2001 ocupavam somente 9% dos estudos em Ciências Sociais na França. Em 2022, houve um singelo aumento (de 2,4%,), de modo que passaram a representar 11,4% do total. Nesse sentido, compreendemos melhor por que Lépinard e Mazouz (2021) afirmam haver certa recusa da academia francesa em se discutir o tema da interseccionalidade por meio de deboches, censuras e críticas reducionistas que dificultam os avanços dos estudos de raça e gênero na França, onde se tende a hierarquizar as opressões de maneira a se priorizar a questão de classe sobre as demais.

VI - Considerações finais provisórias

As experiências pessoais de sofrimento discente são portadoras de mensagens que transcendem a experiência individual. O sujeito que fala é, também, um sujeito coletivo, alguém que se apresenta como uma voz entre tantas, antes e depois dele. O anseio pela escuta de seu testemunho é, também, o exercício de uma enunciação social, síntese de tantos testemunhos que desejariam transformar essa realidade, mas nem sempre são notados.

As análises acima são apenas um recorte da riqueza de dados que essa pesquisa produziu. Estamos cientes de que ela deixa lacunas e pontos a serem superados. Ainda assim, as questões que emergiram permitem-nos constatar a importância de romper com lógicas de poder tão excludentes quanto ordinárias, presentes nas instituições de ensino superior francesas e nas sociedades neoliberais. Urge combater as iniquidades, se quisermos produzir saúde mental no ensino superior: pela via do acolhimento à diversidade, produção de pertencimento e qualidade na formação.

⁷ Esta crença foi difundida pela criação do “Observatório do Decolonialismo e Ideologias Identitárias, em 2021, depois rebatizado de “Observatório de Ética Universitária”, financiado pelo bilionário de extrema-direita Pierre-Edouard Stérin.

Em análises futuras, pretendemos perseguir as iniciativas de contramão, as insurgências daqueles/as que praticam uma solidariedade ativa e se recusam a ser transformados em empresas de si. Pelas rachaduras e brechas no instituído, irrompem sofrimentos: seus sinais perturbam, às vezes desorganizam subjetivamente. Mas quando escutados e elaborados, em companhia, permitem-nos desmanchar discursos simplistas, meritocráticos e medicalizantes, que dificultam o reconhecimento e o combate a exclusões ordinárias. Que esse artigo possa abrir caminhos para novos estudos críticos às formas de poder e subjetivação no neoliberalismo. E que contribua para divulgar a pertinência da perspectiva interseccional na análise crítica de dados psicossociais, bem como para o aperfeiçoamento de políticas públicas e ações institucionais numa direção mais inclusiva.

Referências

- AHMED, Serge. **Tous dépendants au sucre ?** La Recherche, Paris, n. 443, jul./ago. 2010, p. 70-73. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/281187098>. Acesso em: 22 fev. 2024.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Pólen, 2019.
- ANDIFES. **Pesquisa nacional de perfil socioeconômico dos(as) graduandos(as) das IFES 2018**. Brasília: Andifes, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2024.
- ASSURANCE MALADIE. **L'alcool: définition et repères de consommation**. Paris, 2024. Disponível em: <https://www.ameli.fr/assure/sante/themes/alcool-sante/definition-reperes-consommation>. Acesso em: 4 mar. 2024.
- BEAUCHEMIN, Cris; ICHOU, Mathieu; SIMON, Patrick. Trajectoires et Origines 2019-2020 (TeO2): présentation d'une enquête sur la diversité des populations en France. **Population**, v. 78, n. 1, 2023, p. 11-28. DOI: 10.3917/popu.2301.0011. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-population-2023-1-page-11.htm>. Acesso em: 29 abr. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 29 abr. 2024.
- BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm
- BENTES, Gabriel. População carcerária do Brasil cresce novamente e ultrapassa 852 mil presos; quase 70% são negros. **O Liberal**, Belém, 23 ago. 2024. Disponível em: <https://www.oliberal.com/brasil/populacao-carceraria-do-brasil-cresce-novamente-e-ultrapassa-852-mil-presos-quase-70-sao-negros-1.853694>. Acesso em: 17 abr. 2025.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement**. Paris: Éditions de Minuit, 1970.
- CAMPUS FRANCE. **Étudiants: fonctionnement de l'enseignement supérieur en France**. Paris, 2024. Disponível em: <https://www.campusfrance.org/fr/enseignement-superieur-francais>. Acesso em: 7 mar. 2024.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, art. 8. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em: 25 abr. 2024.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO (CRP-SP). **Manifesto do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade**. Disponível em: http://www.crpssp.org.br/medicalizacao/manifesto_forum.aspx. Acesso em: 17 abr. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DRÉAN, Minh. Précarité: une nouvelle étude pointe les conditions de vie dégradées de nombreux étudiants. **Le Monde**, 10 jan. 2024. Disponível em: https://www.lemonde.fr/societe/article/2024/01/10/precarite-une-nouvelle-etude-pointe-les-conditions-de-vie-degradees-de-nombreux-etudiants_6210076_3224.html. Acesso em: 12 jan. 2024.

DRÉAN, Minh; LE NEVÉ, Soazig. À l'université, la nouvelle plate-forme Mon Master critiquée par les enseignants-chercheurs. **Le Monde**, 12 jun. 2023. Disponível em: https://www.lemonde.fr/societe/article/2023/06/21/a-l-universite-la-nouvelle-plate-forme-mon-master-critiquee-par-les-enseignants-chercheurs_6178519_3224.html. Acesso em: 10 fev. 2024.

FAURE, Valentin. Il n'y a pas d'obsession pour le genre dans les sciences sociales en France: une étude le démontre. **Le Monde**, 8 abr. 2025. Disponível em: https://www.lemonde.fr/idees/article/2025/04/08/il-n-y-a-pas-d-obsession-pour-le-genre-dans-les-sciences-sociales-en-france-une-etude-le-demontre_6592433_3232.html. Acesso em: 17 abr. 2025.

FILIPPINI, João. **Estratégias de redução de danos em estudantes universitários que fazem uso de drogas**. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2020. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59141/tde-01092021-071909/publico/dissertacaofinaljoaofilippinifinal_RESUMIDA.pdf. Acesso em: 11 abr. 2025.

FÓRUM SOBRE MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA SOCIEDADE. Manifesto desmedicalizante e interseccional: 'existirmos, a que será que se destina?'. **Movimento: Revista de Educação**, v. 7, n. 15, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/43018>. Acesso em: 13 maio 2024.

FOUCAULT, Michel. **O estilo da história**. In: MOTA, M. B. da (Org.). Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011a. (Ditos e Escritos VII).

FOUCAULT, Michel. **Crise da medicina ou crise da antimedicina**. In: MOTA, M. B. da (Org.). Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011b. (Ditos e Escritos VII).

GOLDSTEIN, Thaís Seltzer; DEMOULIÈRE, Irene Guillien; DOS SANTOS, Máira Ferreira; MOSQUEIRA, Sáshenka Meza. Cotidiano universitário e sofrimento: iniciativas desmedicalizantes na produção coletiva de cuidados. **Revista Psicologia e Transdisciplinaridade**, Paranaíba-MS, v. 1, n. 1, p. 59-81, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.aprb.org/index.php/rpt/article/view/9>. Acesso em: 3 maio 2024.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEÃO, Thiago Marques; IANNI, Aurea Maria Zollner; GOTO, Carine Saiuri. Individualização e sofrimento psíquico na universidade: entre a clínica e a empresa de si. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 6, n. 9, p. 131-143, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1250>. Acesso em: 17 maio 2024.

LEÃO, Thiago Marques; IANNI, Aurea Maria Zollner; GOTO, Carine Saiuri. Sofrimento psíquico e a universidade em tempos de crise estrutural. **Em Pauta: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 44, p. 50-64, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/45212>. Acesso em: 20 ago. 2022.

LÉPINARD, Éléonore; MAZOUZ, Sarah. **Pour l'intersectionnalité**. Paris: Anamosa, 2021.

LIONÇO, Tatiana. A medicalização da vida: ética e política na biopolítica contemporânea. **Revista EPOS**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, jul./dez. 2016, p. 147-156. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/epos/v7n2/10.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2025.

LOECHNER, Hippolyte. Qu'est-ce que le système LMD (licence-master-doctorat). **L'Étudiant**, Paris, 2021. Disponível em: <https://www.letudiant.fr/etudes/fac/qu-est-ce-que-le-systeme-lmd-licence-master-doctorat.html>. Acesso em: 11 abr. 2025.

MAIA, Heribaldo. **Neoliberalismo e sofrimento psíquico: o mal-estar nas universidades**. Recife: Ed. Ruptura, 2022.

PIVA, Felipe Paes. O adoecimento psíquico na graduação e os marcadores sociais da diferença na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP). **Etnográfica**, v. 27, n. 2, p. 529-551, jun. 2023. Disponível em: <https://scielo.pt/pdf/etn/v27n2/0873-6561-etn-27-02-529.pdf>. Acesso em: 17 maio 2024.

REYBAULD, Alice. Recours massif aux enseignants précaires: 'La réalité c'est que l'université n'a plus les moyens de fonctionner'. **Le Monde**, 23 out. 2024. Disponível em: https://www.lemonde.fr/campus/article/2024/10/22/recours-massif-aux-enseignants-precaires-la-realite-c-est-que-l-universite-n-a-plus-les-moyens-de-fonctionner_6357910_4401467.html. Acesso em: 29 out. 2024.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. Em DUNKER, Christian; JÚNIOR, Nelson da Silva; SAFATLE, Vladimir Pinheiro (organizadores) **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. São Paulo: Editora Autêntica, 2021.

SAFATLE, Vladimir. **A psicanálise e a consciência**. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l7TXcmBqr04&t=76s>. Acesso em: 16 abr. 2024.

SANTÉ PUBLIQUE FRANCE. **En 2022, la France compte toujours près de 12 millions de fumeurs quotidiens**. Paris, 2023. Disponível em: <https://www.santepubliquefrance.fr/presse/2023/en-2022-la-france-compte-toujours-pres-de-12-millions-de-fumeurs-quotidiens>. Acesso em: 22 fev. 2024.

SERVICE PUBLIC FRANCE. **Famille - Scolarité: bourses et aides pour étudiant**. Paris, 2024. Disponível em: <https://www.service-public.fr/particuliers/vosdroits/F12214>. Acesso em: 20 abr. 2024.

TENENTE, Luiza. **Lei de cotas em concursos: entenda por que universidades sorteiam vagas para contratar professores negros**. G1, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/08/29/lei-de-cotas-em-concursos-entenda-por-que-universidades-sorteiam-vagas-para-contratar-professores-negros.ghtml>. Acesso em: 11 abr. 2025.

VINCENT, Catherine. Querelle républicaine autour des statistiques ethniques. **Le Monde**, 11 set. 2020. Disponível em: https://www.lemonde.fr/idees/article/2020/09/11/querelle-republicaine-autour-des-statistiques-ethniques_6051761_3232.html. Acesso em: 17 maio 2024.